



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
房屋局
Instituto de Habitação

ANÚNCIO

N.º 49/2011

Para os devidos efeitos vimos por este meio notificar os representantes dos agregados familiares da lista de candidatos a habitação social abaixo indicados, nos termos do n.º 2 do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro:

<u>Nome</u>	<u>N.º do Boletim de candidatura</u>
LOU KUOK HONG	5018016
KAM CHENG PO	5019188*

Após as verificações deste Instituto, notamos que os elementos dos agregados familiares de candidatos a habitação social acima mencionados são elementos que figurem nos boletins de candidatura de outros agregados familiares, as quais este Instituto já tenha autorizado a aquisição de habitação construída em regime de contratos de desenvolvimento para a habitação nos termos do Decreto-Lei n.º 13/93/M, de 12 de Abril, pelo que não reúnem os requisitos exigidos para a candidatura, nos termos da alínea 3) do n.º 4 do artigo 3.º do Regulamento Administrativo n.º 25/2009, este Instituto informou-os por meio de ofício, com o n.ºs 1102240013/DAH, datada de 2 de Março de 2011 e 1101270024/DAH, datada de 31 de Janeiro de 2011, a solicitar aos interessados acima mencionados para apresentarem por escrito as suas contestações pelo facto acima referido no prazo de 10 (dez) dias a contar da data de recepção do referido ofício, mas não fizeram a entrega das suas contestações. Neste acto recorreu uma infracção, nos termos da alínea 2) do artigo 11.º do regulamento acima mencionado. E, de acordo com a decisão do despacho do Presidente, exarado na Informação n.º 1010/DAHP/DAH/2011, as respectivas candidaturas foram excluídas da lista geral de espera.

*Simultaneamente, é cessado a concessão de abono de residência, quando o agregado familiar beneficiado foi excluído da lista geral de espera, nos termos da alínea 1) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Administrativo n.º 23/2008 (Plano Provisório de Atribuição de Abono de Residência a Agregados Familiares da Lista de Candidatos a Habitação Social).

E nos termos dos artigos 148.º e 149.º e n.º 2) do artigo 150.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/99/M, de 11 de Outubro, podem reclamar da respectiva decisão administrativa, ao Presidente deste Instituto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do presente anúncio, a reclamação não tem efeito suspensivo; ou podem apresentar directamente recurso judicial ao Tribunal Administrativo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do presente anúncio, nos termos do artigo 25.º do Código de Processo Administrativo Contencioso, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 110/99/M, de 13 de Dezembro.

O Presidente,

Tam Kuong Man

1 de 7 de 2011